

Construir caminhos: a coprodução em saúde

A transição epidemiológica e demográfica a que temos assistido, entre outros desafios em saúde, trouxeram novas barreiras para transpor no séc. XXI, tal como é a promoção da literacia em saúde e o envolvimento das pessoas nas decisões sobre a sua saúde.

O cidadão tem vindo a ocupar cada vez mais o centro dos cuidados e políticas de saúde. Permitindo que os cuidados de saúde estejam cada vez mais personalizados e mais focados na pessoa em si, nas suas expectativas, necessidades, exigências e experiência. Há que destacar, neste âmbito, o apoio das associações de pessoas que vivem com doença, associações de defesa dos interesses dos utentes de cuidados de saúde ou associações de cuidadores, parceiros inestimáveis na advocacia por melhores cuidados de saúde em Portugal.

A cooperação entre a necessária multidisciplinariedade das equipas de saúde e as associações tem promovido o avanço dos cuidados de saúde prestados, bem como a sua qualidade e segurança. A participação pública – não só dos profissionais de saúde – permite políticas de saúde mais eficazes, desde a sua definição à monitorização, e, conseqüentemente, obter melhores resultados em saúde, promover a transparência das decisões e a responsabilização dos decisores. Em última instância, aprofunda o diálogo e interação entre os diversos intervenientes do ecossistema da saúde.

Paralelamente, a participação dos destinatários dos serviços ou pessoas com doença

possibilita uma definição de cuidados verdadeiramente orientada para as necessidades e especificidades de cada pessoa. A incorporação e normalização desta prática permitirá realizar e concretizar o conceito: cuidados de saúde centrados na pessoa. Este modelo, além de melhores cuidados e políticas, impulsiona a criação de evidência e promove a prática baseada na evidência.

Todos estes ideias estavam, e bem, incorporados na lei de aprovação da Carta para a Participação Pública em Saúde, que data de setembro de 2019. Concomitantemente com a nova Lei de Bases em Saúde, promete ser o enquadramento para um potencial novo paradigma da Saúde em Portugal.

Precisamos continuar a caminhar rumo à concretização deste ideal, por um sistema de saúde que dá resposta à real necessidade da população. Precisamos materializar a participação pública das pessoas com ou sem doença no planeamento em saúde, na gestão do Serviço Nacional de Saúde, na regulação e regulamentação da saúde e na definição de normativos e orientações.

Como profissionais de saúde, e nós farmacêuticos que sempre soubemos responder às necessidades e preocupações daqueles que servimos, temos a obrigação de advogar por esta realidade, confiantes do retorno e valor que criará para a sociedade e para a profissão. Que em tudo que façamos, seja fundamentado na participação pública. É uma obrigação moral e uma responsabilidade social de todos. 